

EDUCAÇÃO DO CAMPO E MST

EDUCATION IN THE COUNTRY SIDE AND MST

Fernando Henrique Tisque dos SANTOS*
Maria Antônia de SOUZA**

Resumo: A participação dos movimentos sociais do campo, em especial do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), na elaboração de uma proposta de educação orientada para seus interesses é crescente desde a década de 1980, bem como a reivindicação da construção de escolas públicas em assentamentos de Reforma Agrária. Este trabalho é parte da pesquisa que teve como intenção aprofundar a discussão sobre Educação do Campo no Brasil e, em especial, no estado do Paraná. Foram utilizadas como fundamentação teórica obras que discutem os movimentos sociais, os movimentos sociais do campo, a formação do MST no Brasil e a proposta pedagógica do MST. As experiências de luta do MST pela terra contribuíram para a construção de uma pedagogia que valoriza as diferenças histórico-culturais do homem do campo. Nessa perspectiva, a Educação do Campo está em movimento de (re) construção, tendo em vista que as experiências não são ações isoladas e encontram-se num intenso exercício entre prática-teoria-prática. No estado do Paraná constatamos que a ação dos movimentos sociais tem sido fundamental para que o governo desenvolva a preocupação com a educação do campo, a exemplo dos seminários de educação do campo que já foram realizados e das iniciativas no âmbito da formação de professores.

* Graduado em História pela UEPG. Aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. E-mail: henri-pghis@bol.com.br

** Doutora em Educação. Professora da UEPG. Professora do PPG-Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Pesquisadora do CNPq. E-mail: masouza@uol.com.br

Palavras-chaves: Educação do Campo. MST. Políticas públicas.

Abstract: The participation of the social movements in the country side, in particular the MST (Landless Workers Movement) in the elaboration of a proposal for education oriented for the their interests has been increasing since the 1989's, as well as the claims for the construction of public schools in the sites of the agrarian reform. This study is part of a research that intended to deepen the discussion about education in the country side in Brazil and, in particular, in the state of Paraná. The theoretical framework for the study included texts that discuss the social movements, the social movements in the country side, the creation of the MST in Brazil and the MST pedagogical proposal. The struggle experiences of the MST for the land contributed to the construction of a pedagogy that values the historic-cultural differences of the men that lives in the country side. From this perspective, education in the country side is in movement of (re) construction having in mind that the experiences are not isolated and are an intense exercise between practice-theory-practice. In the state of Paraná it was observed that the social movements have been important so that the government develops initiatives concerning education in the country side in the same way as the education seminars in the country side that took place and the initiatives in terms of teacher education.

Keywords: Education in the country side. MST. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A intenção deste artigo é apresentar algumas inquietações sobre a educação do campo e sobre os movimentos sociais, em específico o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e as suas demandas por educação pública. Inicialmente vale registrar que a

educação do campo vem conquistando espaço na agenda educacional nacional desde 1997, quando o MST organizou o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária – I ENERA. Anteriormente, o referido movimento havia feito demandas, proposições e experiências de Educação Básica e de Educação de Jovens e Adultos, em parceria com governos municipais e estaduais, em diversos assentamentos e acampamentos existentes no Brasil.

Em se tratando do debate sobre educação do campo, é importante registrar que a novidade no debate é a concepção de campo e de camponês que fundamenta as propostas e práticas pedagógicas atuais. O camponês não é visto com um sujeito atrasado e arcaico, mas como um sujeito com identidade marcada por uma experiência cultural singular. A escola é concebida como um lugar educativo que deve valorizar a identidade sociocultural dos sujeitos e que pode ter no trabalho um dos princípios educativos. Assim, o olhar lançado para o campo e para a escola do campo tem na identidade e no trabalho duas categorias centrais. Ainda, o campo é compreendido como espaço de resistência e de inovação cultural e econômica.

O debate sobre a educação do campo requer a menção ao papel dos movimentos sociais, pois eles têm demarcado as singularidades do campo e demandado uma educação pública que contemple a diversidade cultural, econômica, política e social da sociedade brasileira. Falar em educação do campo é reconhecer uma das características da sociedade brasileira e não valorizar a dicotomia campo-cidade.

Os movimentos sociais, em especial o MST, têm ocupado lugar de destaque no cenário nacional desde os anos 1980 devido às lutas empreendidas pela Reforma Agrária. Lutas que engendram a reivindicação por outros direitos sociais garantidos constitucionalmente, a saber: moradia, saúde, transporte e educação. Dentro da organização do MST foram criados setores que têm como função acompanhar e elaborar propostas para o melhor desenvolvimento econômico e social de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. Um deles é o Setor de Educação que elaborou propostas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de uma concepção transformadora de educação. Fala-se em Pedagogia do Movimento, cujo objetivo é formar pessoas para prática social – pedagógica - transformadora.

O MST concebe a educação como um dos meios de transformação social e de luta pelo processo de democratização dos direitos da população do campo. Segundo dados do próprio MST, existem 1.800

escolas públicas conquistadas em acampamentos e assentamentos da reforma agrária. São em torno de 160mil alunos matriculados nestas escolas, 3.900 educadores, mais de 250 responsáveis pelos projetos de ciranda infantil que cuidam de crianças de 0 a 6 anos. Além de cursos de alfabetização de jovens e adultos¹. Uma das conquistas do MST pela escola pública foi a Escola Itinerante no Rio Grande do Sul em 1996, que acompanha os acampamentos no processo de luta pela Reforma Agrária. No estado do Paraná há 11 escolas Itinerantes, reconhecidas pela Secretaria de Educação.

Neste trabalho são apresentados os princípios educacionais que norteiam a proposta educacional do MST, os marcos da luta pela Educação do Campo e aspectos da agenda política do estado do Paraná com relação à Educação do Campo. Com isso, registra-se a questão norteadora do texto: como a Educação do Campo conquista lugar na agenda política e qual o papel do MST nessa conquista? Este é um texto que resulta de nossas reflexões sobre a Educação do Campo. Não temos a pretensão de trazer dados empíricos sobre a prática pedagógica nas escolas do campo, algo que fizemos em outros textos. Aqui a intenção é anunciar novas questões para o debate da Educação do Campo no âmbito da formação de professores. A intenção é que novos olhares possam ser lançados para a realidade camponesa, ainda marginal nos conteúdos curriculares.

O debate empreendido no texto é resultado do estudo de obras de autores como Fernandes (2000), que discute a formação do MST no Brasil; Gohn (1994), que analisa os movimentos sociais e a educação; Arroyo (1999), que contribuiu com as reflexões sobre escola do campo e Souza (2004 e 2006) que discutiu a inserção da educação do campo na agenda política e a prática pedagógica nas escolas localizadas nos assentamentos organizados pelo MST. Ainda, a análise do conteúdo dos documentos do MST que versam sobre Educação do Campo e do debate empreendido no Seminário Estadual de Educação do Campo, no ano de 2005, realizado governo do Paraná e SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), juntamente com as organizações e movimentos sociais, na Cidade de Faxinal do Céu, Paraná, auxiliaram a investigação das lutas do MST na esfera da educação e da inserção da Educação do Campo na agenda política.

¹ Ver mais em MST. Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Brasil. EDUCAÇÃO E MST. Disponível em [<http://www.m.st.org.br/setores/educacao/indice.html>]. Acesso em 25/10/2004 a.

É possível constatar, a partir da análise dos documentos produzidos pelo MST e dos estudos bibliográficos, que a história de luta pela terra no MST contribuiu para a construção de uma pedagogia que valoriza as diferenças histórico-culturais dos povos que vivem no campo: quilombolas (descendentes de escravos que habitam quilombos), expropriados (camponeses que passaram por algum tipo de expropriação de sua terra), ribeirinhos (pessoas que habitam comunidades que têm como principal atividade econômica a pesca) e indígenas. É através das práticas político-reivindicativas e da pressão social dos movimentos do campo que o Estado se organiza com o objetivo de atender as demandas sociais ou de amenizá-las. Entendendo a luta pela educação pública e gratuita como prática social, expressa no projeto de Reforma Agrária do MST, é que podemos compreender o surgimento da Educação do Campo como instrumento de emancipação e formação do homem politizado e conhecedor de si como sujeito na história.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ÓTICA DO MST

O campo foi marcado por um processo de exploração capitalista, expropriação e modernização da agricultura² e a concentração de terras foi prática essencial para o desenvolvimento do capitalismo neste setor.

O MST dinamiza formas de recuperar a terra por meio da pressão social. A ocupação de terras improdutivas é a estratégia mais utilizada pelo MST para demandar reforma agrária. O Movimento acredita que a verdadeira democratização dos direitos humanos somente será possível quando a estrutura produtiva e social tiver na organização coletiva do trabalho bases para amenizar a exploração entre as classes. A reivindicação do direito à terra engendra outros direitos, como educação, saúde, transporte, moradia, alimentação, que, embora previstos na Constituição Federal de 1988, nem sempre são efetivados.

A educação proposta pelos movimentos sociais, e em especial pelo MST, está vinculada a um projeto revolucionário de transformação da realidade por meio do esclarecimento da população e da superação do processo de alienação. Para isso, pensa o homem como

² Ver mais em MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política do campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

sujeito histórico que busca a melhoria das suas condições de existência. A Educação do Campo, na perspectiva dos movimentos sociais, não tem como referenciais os valores urbanos. Os referenciais centrais da Educação do Campo são a cultura como prática social e a identidade dos povos do campo. O uso do termo campo, ao invés de rural, pelos movimentos sociais tem o sentido de referenciar as diversas identidades presentes neste território. Dessa forma, acredita-se que o saber culturalmente produzido pelos sujeitos será respeitado, assim como, as suas demandas sociais.

A pedagogia desenvolvida no MST fundamenta-se numa concepção de educação transformadora, sendo Paulo Freire, Pistrak e Makarenko educadores estudados pelos participantes do movimento social. O objetivo central é a formação humana e a conscientização do cidadão mediante análise de sua própria prática social. A conscientização do indivíduo parte da reflexão da sua realidade e possibilita a sua ação no mundo. O trabalho é compreendido como princípio educativo e a prática social passa a ser a matriz geradora de conteúdos, metodologias e debates educacionais.

O trabalho tem significado importante na concepção educacional adotada pelo Movimento, pois é a partir deste que o homem constrói a si mesmo e a vida material existente. É fundamental a ligação entre escola e trabalho, pois, segundo Bezerra Neto (1999, p. 92), “a combinação da educação com a produção material”, é um dos requisitos “para a formação integral da criança, considerando-se o trabalho como parte integrante da educação e vice-versa”.

Dessa forma, a educação voltada ao trabalho atende a duas necessidades da comunidade: a formação integral do indivíduo ciente de seus direitos constitucionais e a aquisição de conhecimentos na prática do trabalho. Estes requisitos presentes no processo educativo do homem desenvolvem a capacidade de controlar o processo de produção e contribuem com o desenvolvimento econômico e social dos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária.

A concepção de educação do MST está vinculada à transformação social dentro de um processo permanente de formação humana, mediatizada pelo trabalho coletivo entre os integrantes do grupo. Os educandos “entendem a realidade como base para a produção do conhecimento”³. Partindo deste princípio a prática educacional não aparece dicotomizada da teoria. Os conteúdos estabelecidos nas

³ Disponível em (<http://www.mst.org/setores/educacao/educar3.html>). Acesso 25/10/2004 b.

ementas das disciplinas são discutidos e criados com a participação da comunidade, ganhando, assim, significados dentro da vida cotidiana dos indivíduos. Esta prática possibilita que os homens desenvolvam suas habilidades descobrindo mecanismos que melhorem a sua qualidade de vida. Assim, o MST percebe de acordo com Martins (2004, p. 57), que “todo o processo de vivência dentro do movimento é considerado educativo e este cotidiano permeia as atividades do processo educacional ocorrido em sala de aula”.

O conhecimento construído no processo escolar ganha significado quando o aprendizado está referenciado pelo saber social do homem e de seu grupo social. Segundo Damasceno (1993, p. 55), o saber social é a “expressão concreta da consciência desse grupo social, um saber que é útil ao trabalho e aos enfrentamentos vividos cotidianamente pelos camponeses”. Esta idéia pressupõe uma educação que trabalha com a produção do conhecimento sobre os saberes adquiridos na vivência do grupo, possibilitando criar e reforçar identidade de classe. Os camponeses se vêem como sujeitos autônomos que refletem, propõem, criam e modificam, permitindo a construção de uma consciência coletiva da posição social que ocupam na realidade. O respeito às diferenças culturais e identitárias presentes no campo qualifica a proposta de educação do MST no sentido de garantir o direito dos homens de desenvolverem educação pública, gratuita e de qualidade nos assentamentos e acampamentos.

Para a construção de escolas públicas e gratuitas, os princípios educacionais do MST propõem a participação da comunidade nos assuntos escolares, tanto referentes ao ensino, como à administração; viabilizam a “ocupação” da escola que é entendida como ato de reconhecimento do exercício da cidadania, criando a consciência nos indivíduos daquilo que é público. A aproximação dos movimentos sociais ao processo escolar contribuiu para a construção de uma escola politizada, pois sua história de lutas pelos direitos constitucionais pressupõe a consciência da contraditória realidade social. Uma escola que se apresenta inerte às mudanças sociais contribui para a sua despolitização que se “traduz na sua desintegração com a esfera pública. Esfera onde se realiza o direito social a educação, e que, ao mesmo tempo, habilita para o exercício dos direitos humanos fundamentais: o direito ao trabalho, ao bem-estar, à participação política, à felicidade(GENTILI, 1997, p.193).

A participação democrática na gestão escolar não deve ser

entendida como voluntarismo da comunidade na manutenção da estrutura física e financeira da escola. O voluntarismo toma formas liberais e o Estado o caracteriza como sentimento ético de solidariedade, transferindo para a sociedade suas obrigações previstas em lei. A participação diz respeito ao engajamento da população do campo na gestão de uma educação voltada para os seus interesses e à sua realidade, mediante reivindicação do direito à escola pública que não seja, segundo Gentili (1997 p. 197) “inanimada perante a mudança social” o que a tornaria “uma escola comprometida com a conservação da ordem; com o massacramento das condições de miséria e exploração existentes em nossa sociedade”.

A administração escolar, sob o ponto de vista do Movimento, deve ser descentralizada para que os educadores, educandos e a comunidade participem e solucionem problemas de interesse geral. Assim, o MST acredita atribuir ao ensino qualidade política, pois a comunidade participa democraticamente da gestão escolar.

A experiência da gestão democrática em escolas de acampamentos e assentamentos é uma prática estimulada pelo MST com o intuito de construir uma escola e um ensino a partir das demandas sociais. A autogestão traz em sua prática a necessidade de superação das relações de poder na escola. A democracia é o combustível essencial para o projeto político do MST. Neste sentido, a escola com a participação efetiva da comunidade cobrando, através da administração escolar, o cumprimento das responsabilidades do Estado, rompendo com as relações de poder vertical entre este e a sociedade.

Para a construção da democracia na escola, do ponto de vista do Movimento, é necessário que ela esteja baseada em valores, como trabalho coletivo, igualdade, autonomia, participação e humanização, valores diferentes do que encontramos na sociedade atual em que o individualismo e o controle dos meios de produção por poucos materializam as desigualdades socioeconômicas. Porém, como são os homens que produzem a vida material, são eles, portanto, capazes de criar uma educação diferenciada que sirva de instrumento de emancipação da classe trabalhadora. Uma gestão democrática pressupõe que as relações pedagógicas dentro da escola também o sejam. Uma educação democrática exige a superação da hierarquia burocratizada existente na escola. A participação efetiva da comunidade nos assuntos escolares exige que as relações dentro da unidade escolar sejam horizontais, contribuindo para o estabelecimento das

atividades pedagógicas complementares, como calendário escolar e a formulação do projeto pedagógico.

Logo, a educação proposta pelo MST é entendida enquanto práxis não se encerrando na estrutura administrativa da escola. Envolve experiência, vivência. Deve estar para os homens em concordância com seu saber construído nas suas histórias de vida, no seu modo de vestir, falar, no seu trabalho, ganhando significado no seu dia-a-dia, conscientizando-os primeiramente da sua realidade social para compreender as diferenças que os marginalizam.

A mentalidade educacional brasileira, na prática ainda conservadora, é uma das dificuldades enfrentadas pela proposta de Educação do Campo do MST e que permeia a prática pedagógica dos professores na atualidade.

O MST tem como objetivo construir um novo modelo de educação, mas ao mesmo tempo, entende que há muitas dificuldades para mudar a mentalidade educacional no Brasil. Essas dificuldades estão presentes tanto nos órgãos do Estado, que fiscalizam e enquadram o currículo e os conteúdos trabalhados pelos professores, como no conservadorismo dos pais que se colocam contra as novas propostas educacionais (BEZERRA NETO, 1999, p.49).

O currículo, as diretrizes educacionais e os programas de alfabetização valorizam pouco o saber do camponês e o meio rural. Há necessidade de políticas públicas para que sejam revistas as leis educacionais com o objetivo de respeitar o homem do campo e seu significado histórico. Políticas que referenciem o campo como um local em que o conhecimento e os homens estão constantemente sendo construídos, não como indivíduos atrasados, destituídos de cultura e que precisam de medidas paternalistas para amenizar sua pobreza.

Os princípios pedagógicos e filosóficos que norteiam a educação no MST baseiam-se na concepção de trabalho como princípio educativo e na práxis como essência da formação humana. Tais princípios foram elaborados mediante a experiência coletiva de educação no MST. Inúmeros documentos produzidos pelo MST demonstram que os marcos da educação no movimento social podem ser resumidos da seguinte maneira: 1) a ampliação dos acampamentos e assentamentos faz emergir a necessidade de escola para as crianças. O grupo de educadores do movimento social começou a discutir, no final dos anos

de 1980, uma educação diferenciada e voltada às especificidades do trabalhador rural. Debateram, também, a importância do processo de formação de professores, de forma que os mesmos fossem profissionais com conhecimento da realidade agrária brasileira. 2) a criação do Setor de Educação dentro do MST, no ano de 1987, contribuiu para que as experiências pedagógicas sejam registradas e publicadas sistematicamente. As demandas educacionais do movimento social eram fortalecidas à medida que suas publicações ganhavam o espaço público. 3) as experiências de parcerias entre movimentos sociais, universidades e governos fortaleceram o debate sobre a educação do campo. 4) a LDB (1996) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001) demonstraram sinais da inserção da educação do campo na agenda política e fortaleceram as lutas dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que estes foram os protagonistas da mudança (inovação) na legislação educacional. 5) a partir de 1997, a educação no MST passa a ser marcada pelas parcerias sociedade civil e governos. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é um dos exemplos de parceria que envolve inúmeros assentamentos, universidades, governos, sindicatos entre outros.

AGENDA POLÍTICA DO ESTADO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Historicamente, a Educação do Campo ocupou uma posição marginal nas políticas desenvolvidas pelo Estado. Os programas de extensão rural eram marcados por uma concepção de que o homem do campo era atrasado e que precisa de assistência técnica. A visão de que o homem do campo não precisa de estudo para trabalhar na lavoura foi disseminada em atendimento aos interesses do capitalismo agrário.

Na proposta de educação rural do governo foram atribuídos ao campesino significados que o caracterizam até hoje. A população do campo era vista como atrasada, inferior, incapaz e que precisava de auxílio para a sua sobrevivência. A imagem do homem do campo foi estereotipada como caipira, pois este não fazia parte das relações urbanas industriais e econômicas do país.

A LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) 9.394/96 trouxe em seu texto a preocupação em promover a desvinculação

da escola rural dos meios e da performance da escola urbana. A lei também previu a adequação da estrutura curricular às especificidades do campo.

O desenvolvimento de uma nova visão de educação para o campo se deve a práticas de caráter político-histórico reivindicativas dos movimentos sociais. O termo campo faz-nos refletir sobre a heterogeneidade de indivíduos que mantêm relações de sobrevivência com a terra, construindo, então, valores étnico-culturais e históricos particulares inseridos em processos de exploração e expropriação diferenciados. Entendemos que a luta dos movimentos sociais do campo, no que diz respeito à educação é construir uma “pedagogia voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que organizados resistam contra a expulsão e a expropriação”(KOLLING, NERY, MOLINA, 1999, p.28-29).

Dessa forma, ocorre a tentativa de resgatar o significado histórico do homem camponês, marginalizado e rotulado como atrasado, incapaz. A proposta dos diversos movimentos sociais é pensar o campo sem precisar associá-lo ao modelo de desenvolvimento urbano. Para isso, é necessário que haja um projeto de desenvolvimento que atenda as especificidades e particularidades do campo em conjunto com um plano de educação que insira o homem nas relações comerciais, sociais e políticas do país.

No ano de 2003, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) criou um Grupo Permanente de Trabalho (GPT) de Educação do Campo com a finalidade de traçar o perfil das escolas do campo e implementar as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, além de divulgar e debater propostas juntamente com os movimentos sociais. No ano de 2004, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)⁴, que tem como atribuição construir políticas públicas para a Educação do Campo. Além disso, reúne temas, como a alfabetização, a educação escolar indígena e a educação de jovens e adultos. A secretaria é composta pelos departamentos de Educação de Jovens e Adultos, de educação para a Diversidade e Cidadania, de Desenvolvimento e Articulação Nacional e de Avaliação e Informações Educacionais.

A SECAD tem promovido Seminários Estaduais em todo o Brasil

⁴ Disponível em (<http://portal.mec.gov.br/secad>). Acesso em 20/07/2005.

em que se discute a inclusão da Educação do Campo nos Planos Estadual e Nacional de Educação, bem como, a elaboração, a partir das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo, políticas públicas que venham a cessar com o processo de exclusão escolar no meio rural. As discussões dos seminários dizem respeito a formação de professores, gestão escolar, ensino técnico, e apontam para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o campo. No caso indígena, existe a preocupação com a manutenção da língua, sendo necessária a formação de professores de origem indígena e a produção de material didático que leve em consideração suas diferenças histórico-culturais. A formação de professores de origem campestre, e a realização de concursos públicos para a licenciatura no campo são especificidades contempladas nos seminários e que poderiam cessar com o processo de rotatividade de professores nas escolas do campo.

Ao lado da ação do governo federal por meio da SECAD, cada estado desenvolve suas próprias ações em conjunto com os movimentos e organizações sociais que trabalham com Educação do Campo. No Paraná, a Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) possui no campus da cidade de Francisco Beltrão o primeiro curso de formação de professores para a Educação do Campo do Paraná, implantado numa instituição de ensino superior pública. O curso foi implantado no ano de 2004 e funciona no período de férias de janeiro, fevereiro e julho totalizando uma carga horária de 2.800 horas-aula. Para a educação dos quilombolas estão sendo desenvolvidos fóruns, encontros com objetivo de realizar o levantamento da estrutura das escolas, número de alunos e formação de professores. Ainda, a UFPR possui curso de pós-graduação Lato Sensu voltado à Educação do Campo. São iniciativas deste início de século que anunciam o envolvimento do governo e da sociedade civil organizada na construção da Educação do Campo, ao mesmo tempo em que denunciam os séculos de marginalização da educação pública para e dos povos do campo.

Ainda, o Estado do Paraná, como outros, tem realizado os Seminários de Educação do Campo, dos quais participam movimentos sociais, ONGs, secretarias municipais de educação, Casas Familiares Rurais, universidades e sujeitos coletivos interessados no debate. Nos seminários os participantes debatem sobre políticas públicas de Educação do Campo e realizam reflexões sobre as práticas pedagógicas em desenvolvimentos nas escolas localizadas no espaço rural.

Por fim, vale registrar as iniciativas da atual equipe da Coordenação de Educação do Campo no Paraná, que tem projetado as Diretrizes do Estado para a Educação do Campo, têm acompanhado a dinâmica e oficialização das escolas Itinerantes, bem como tem participado efetivamente da organização de eventos de formação voltada aos professores das escolas do Campo.

O que fica evidente nos documentos produzidos pelo Estado é a preocupação com a formação dos professores das escolas do campo, ao lado dos documentos do MST que demonstram a historicidade da luta por escola pública e registram propostas e demandas dos povos do campo ao Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na luta pela terra, o MST buscou estratégias para combater o processo de exclusão sofrido pela população do campo. A exclusão educacional é uma extensão do processo de expropriação de terra sofrido pelos pequenos proprietários. Neste sentido, a Educação do Campo surgiu da experiência de vida dos sujeitos que formam o movimento, e está sendo pensada e discutida para atender as demandas do homem que vive no campo. Para isso, exige uma reflexão em torno da dinâmica das relações culturais, econômicas, sociais do campo.

As discussões atuais sobre Educação do Campo possibilitam pensá-la em todas as suas especificidades, a saber: formação de professores, material didático, transporte escolar, a problemática da nuclearização das escolas do campo, gestão escolar, trabalho, ou seja, apresentam as possibilidades e viabilidade de um projeto de desenvolvimento sustentável para o campo e a manutenção da pequena propriedade rural.

Todavia, a marginalidade da Educação do Campo nas políticas educacionais ainda está presente. Observou-se no Seminário Estadual de Educação do Campo do Paraná que alguns sujeitos não possuem referencial teórico que possibilite a superação de uma mentalidade educacional conservadora; por isso compreendem que a Educação do Campo é um modelo exclusivo do MST, quando o que se pode afirmar é que as ações do movimento foram as que tiveram maior evidência e contribuição para a construção da Educação do Campo. Há necessidade de um trabalho democrático que publicize a Educação

do Campo via Secretarias Municipais de Educação, Núcleos Regionais de Educação, nas instituições de ensino superior, para que os atores construtores das políticas educacionais de Educação do Campo possam, através de uma reflexão histórica da realidade educacional brasileira, contribuir com esta proposta.

A Educação do Campo, entendida como prática social, como na ótica dos movimentos sociais, é fundamental para a superação das injustiças sociais no campo, do analfabetismo e com a baixa escolarização da população camponesa. As políticas públicas educacionais permitem que a sociedade direcione o olhar e atribua importância a Educação do Campo para a transformação social.

A ação empreendida pelo MST juntamente com os sujeitos coletivos que atuam com Educação do Campo, a exemplo da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), das Casas Familiares Rurais e das Escolas Famílias Agrícolas, dentre outros, vem contribuindo para a inserção da educação do campo na agenda política e para o fortalecimento da sociedade civil organizada como participante efetiva na construção de políticas públicas. Estas aparecem como reivindicação de uma categoria de trabalhadores, os camponeses, porém a discussão é abrangente e requer o aprofundamento do debate sobre a educação pública e crítica no país.

Para concluir, vale apontar alguns temas que merecem estudos e atenção no âmbito da educação do campo: 1) avaliação do potencial de outras organizações e movimentos sociais no fazer educação do campo. 2) discussão das características marcantes dos cursos de formação de professores e o lugar (marginal) que as singularidades do campo brasileiro ocupam nos conteúdos curriculares. 3) ampliação do espaço de estágio dos futuros educadores, de forma que estes possam conhecer aspectos da realidade das escolas localizadas no campo. 5) aproximação dos docentes da Educação Superior à realidade camponesa no Brasil, de maneira que se fundamentem para o debate da mesma no processo de formação de professores.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BEZERRA NETO, L. **Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de trabalho de Educação do Campo. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo: caderno de subsídios**. Brasília, 2004. Coordenação de Marise Nogueira Ramos; Telma Maria Moreira e Clarice Aparecida dos Santos.

DAMASCENO, M. N. Pedagogia do enfrentamento no cotidiano das lutas do campo. IN: REUNIÃO ANUAL DA Anped, 16, 1993, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 1994. p.125-162.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GENTILI, P. Ocupar a terra, ocupar as escolas - dez questões e uma história sobre educação e os movimentos sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR - SMED - 1997. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre : Prefeitura Municipal, 1997.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. SP: Cortez, 1994.

KOLLING, E. J.; NERY, MOLINA, M.C. (orgs.) **Por uma educação básica do campo** (memória). Brasília: Editora da UnB, 1999.

MARTINS, F. J. **Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a educação**. Porto Alegre: EST, 2004.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política do campo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA DO BRASIL. **Educação e Mst**. Disponível em <http://www.mst.org.br/setores/educacao/indice.html>. Acesso em 25/10/2004a.

_____. **Princípios da Educação do MST**. Disponível em <http://www.mst.org.br/setores/educacao/educar3.html>. Acesso em 25/10/2004b.

Educação do campo e MST

SOUZA, M A. **Educação do campo, agenda política e MST**. Curitiba, 2004.
Texto apresentado no Congresso da ALAS, Porto Alegre, 2004.

_____. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

Encaminhado em: 03/03/07

Aceito em: 14/05/07